

Síntese e principais conclusões
das
XII Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil

Espinho (Portugal) | 26 de maio de 2026

Artur Costa¹; Carlos Hermenegildo²; Jorge Raposo³; José Fernando Alves⁴

Departamento de Proteção Civil

Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto | URL: <https://www.ulusofona.pt>

1 – Apresentação

As Jornadas NOVOS PARADIGMAS DA PROTEÇÃO CIVIL são conferências técnico-científicas de âmbito nacional iniciadas em 2011, cujo primeiro objetivo é promover o conhecimento e a troca de experiências sobre temáticas centrais da Proteção Civil e Segurança, privilegiando o encontro, o diálogo e o convívio entre pessoas e instituições. Herdeiras das antigas *Jornadas Proteção Civil no Século XXI*, iniciadas em 2003, elas constituem, porventura, a mais antiga realização análoga em Portugal.

A presente **12.ª edição** da conferência constituiu um espaço de reflexão sobre os desafios colocados à Proteção Civil, Segurança Interna e Defesa Nacional em cenários de elevada complexidade. Decorreu no dia 26 de maio de 2026, no Auditório da Junta de Freguesia de Espinho, Espinho (Portugal), organizada pelo Departamento de Proteção Civil da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto, em parceria com a Câmara Municipal de Espinho e o seu Serviço Municipal de Proteção Civil. Recebeu o patrocínio da Jacinto Defense, ramificação da empresa Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda. para a área de veículos de Segurança e Defesa, e da Cofac - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl..

O programa desenvolveu-se em torno do tema geral “*Defesa Civil em contexto de Guerra ou Catástrofe*” para debater a articulação e a cooperação entre entidades civis, militares e de segurança na resposta a emergências complexas e ameaças híbridas, bem como os sistemas de informação e de inteligência operacional, a proteção de infraestruturas críticas e a ciberdefesa em situações de crise, bem como os aspetos de preparação, resposta e resiliência em face desses cenários, com enfoque em evacuações, abrigos temporários, logística humanitária e proteção civil, em contexto de ameaças híbridas ou conflito armado.

O alinhamento do Programa foi o seguinte:

¹ Docente, Departamento de Proteção Civil, FCNET/UL.CUP – p2440@ulusofona.pt

² Docente, Departamento de Proteção Civil, FCNET/UL.CUP – p5270@ulusofona.pt

³ Docente, Departamento de Proteção Civil, FCNET/UL.CUP – p7976@ulusofona.pt

⁴ Docente, Departamento de Proteção Civil, FCNET/UL.CUP – p902231@ulusofona.pt

8h30 Abertura do Secretariado.

9h30 ABERTURA e BOAS VINDAS

Cerimónia de entrega de prémios das Olimpíadas de Proteção Civil

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Espinho

10h00 PAINEL 1: Operações Conjuntas em Emergências Complexas - O caso da tempestade Kristin

***Moderação:** Soraia Ramos – Jornalista (RTP)*

José Ribeiro – 2.º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

Carlos Siborro Leitão - Comandante do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME)

Debate

11h00 PAINEL 2: Monitorização de Ameaças Híbridas

***Moderação:** Bruno Martins – Professor Auxiliar (Universidade Lusófona)*

Sistemas de Informação e Inteligência Operacional em Tempo Real

Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Segurança de Infraestruturas Críticas em Face de Ameaças Híbridas

Serviço de Informações de Segurança (SIS)

Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço

Polícia de Segurança Pública (PSP)

Debate

Almoço volante no local (cortesia da empresa Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda)

14h15 Reabertura

14h20 Palestra técnica do Patrocinador (Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda)

Jacinto Reis - CO-CEO da Jacinto Marques Oliveira e Jacinto Defense

14h45 PAINEL 3: Proteção Civil e Defesa Nacional: Caminhos para uma Resiliência Integrada

***Moderação:** Cristina Cardoso – Vice Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos*

José Manuel Moura – Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

Debate

15h45 PAINEL 4: Preparação, Resposta e Resiliência a Ameaças Híbridas

***Moderação:** Jorge Raposo – Professor Auxiliar (Universidade Lusófona)*

Abrigos Temporários e Logística Humanitária

Jody Rato – Coordenador Nacional Adjunto de Emergência (CVP).

Evacuações e segurança na zona sinistrada

Paulo Macedo Gonçalves – Comandante Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS/GNR)

Proteção Civil em Contexto de Conflito Armado e Ameaças Híbridas

Pedro Louro – Coordenador Municipal de Proteção Civil (Município de Espinho)

Debate

17h15 Encerramento.

17h30 Fim dos trabalhos.

A conferência contou com 249 inscrições realizadas em formulário digital, das quais confirmaram presença em sala cerca de 140, para um total de cerca de 170 participantes no total, incluindo membros de mesas e organização.

Estiveram representadas entidades e instituições da proteção civil dos níveis central, regional e local, variadas Associações Humanitárias e respetivos Corpos de Bombeiros, Forças Armadas, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Serviços de Informação do Estado, autarquias e outras entidades e empresas, bem como um número diverso de professores, investigadores, estudantes e outros cidadãos interessados nas problemáticas em debate. Já tradicional em edições anteriores, a proveniência geográfica dos inscritos estendeu-se a todo o Continente português e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como a Angola, Brasil e Cabo Verde.

A participação em todos os momentos da conferência, incluindo o almoço servido no local, seguiu a tradição de ser totalmente gratuita para os participantes.

A Comissão Organizadora foi presidida, da parte da Universidade Lusófona, pelo Professor Doutor Artur Fernandes Costa, diretor do DPC, e, da parte da Câmara Municipal de Espinho, pelo Eng.º Pedro Louro, Coordenador Municipal de Proteção Civil do Município de Espinho, a que se juntaram, em diferentes tarefas, professores e estudantes da Universidade Lusófona e alguns colaboradores da Câmara Municipal de Espinho. O Professor Doutor André Branco Rodrigues assumiu o papel de *speaker* ao longo de toda a conferência.

2 – Síntese dos trabalhos

09h30 Abertura dos trabalhos

Os trabalhos iniciaram-se com uma cerimónia de entrega dos prémios das Olimpíadas de Proteção Civil, iniciativa promovida pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Espinho junto dos estabelecimentos de ensino do concelho.

A atividade pretendeu reconhecer o envolvimento dos alunos e das escolas na promoção da cultura de segurança e de prevenção, reforçando a importância da sensibilização das gerações mais jovens para matérias relacionadas com a autoproteção, a preparação para a emergência e a cidadania ativa.

Os prémios foram entregues pelo Presidente da Câmara Municipal de Espinho, José Ratola, que discursou de seguida no que foi a sessão oficial de abertura e boas-vindas da conferência.

Na sua intervenção começou por agradecer a presença de todos os participantes, oradores e entidades representadas, sublinhando a importância da realização de uma iniciativa dedicada a temas que assumem crescente relevância para a segurança das populações.

Referiu que, ao longo da sua experiência autárquica, foi compreendendo progressivamente a complexidade das matérias relacionadas com a proteção civil, reconhecendo que cada

nova responsabilidade lhe permitiu perceber melhor a dimensão do trabalho desenvolvido diariamente pelos diferentes agentes que integram este sistema.

Destacou que a imprevisibilidade constitui hoje uma das principais características dos riscos com que as sociedades são confrontadas, referindo que as situações de emergência se tornaram mais exigentes, mais diversificadas e mais difíceis de antecipar.

Neste contexto, considerou que a melhor resposta consiste na preparação permanente das organizações, no reforço da capacidade operacional e na aprendizagem contínua resultante da experiência adquirida em cada ocorrência.

Sublinhou igualmente que a segurança não pode ser entendida apenas como proteção física das pessoas, abrangendo atualmente um conjunto muito mais vasto de dimensões que exigem uma resposta integrada das diferentes entidades públicas.

Recordou que os cidadãos vivem diariamente em segurança porque existe um vasto conjunto de profissionais, voluntários e organizações que trabalham de forma permanente para prevenir riscos, planear respostas e intervir sempre que necessário.

Referiu que os municípios desempenham um papel determinante neste domínio, devendo assumir a Proteção Civil como uma das suas áreas prioritárias de atuação.

Salientou ainda que as Comissões Municipais de Proteção Civil constituem espaços privilegiados de coordenação entre os diversos organismos com responsabilidades na segurança das populações, integrando representantes da proteção civil, das forças de segurança, da Cruz Vermelha Portuguesa, dos serviços de saúde e de outras entidades relevantes.

Segundo o Presidente da Câmara, é precisamente esta complementaridade entre instituições que permite garantir uma resposta mais eficaz perante situações de emergência.

Ao refletir sobre a evolução dos riscos, referiu que o passado deve servir essencialmente para retirar ensinamentos e corrigir aquilo que não foi feito da melhor forma, defendendo que o futuro exige capacidade de aprendizagem, humildade e coragem para melhorar continuamente os sistemas existentes.

Considerou igualmente que quem exerce funções de responsabilidade deve estar preparado para decidir em contextos difíceis e assumir plenamente as consequências dessas decisões, lembrando que muitas vezes existem resistências à mudança que importa ultrapassar através do trabalho, da disponibilidade e da vontade de fazer diferente.

Terminou agradecendo o trabalho desenvolvido pelos agentes de proteção civil, reconhecendo o elevado profissionalismo demonstrado nas mais diversas ocorrências e valorizando particularmente a sua capacidade para atuar, muitas vezes, em contextos extremamente exigentes e com recursos limitados. Reconheceu igualmente que a proximidade ao terreno lhe permitiu compreender melhor a complexidade das decisões operacionais e a importância do trabalho desenvolvido por todos aqueles que diariamente garantem a segurança das populações.

10h00 PAINEL 1: Operações Conjuntas em Emergências Complexas - O caso da tempestade Kristin

A primeira sessão temática da conferência foi moderada pela jornalista da RTP, **Soraia Ramos**, que começou por agradecer o convite para participar na iniciativa e recordou a experiência adquirida ao longo de vários anos de cobertura jornalística de incêndios rurais, cheias e outras situações de emergência.

Num registo próximo e descontraído, referiu que as grandes ocorrências deixam marcas profundas em todos aqueles que nelas intervêm, não apenas nos operacionais, mas também nos jornalistas que acompanham os acontecimentos no terreno.

Salientou que essas experiências permanecem na memória de todos e justificam a importância da realização de encontros desta natureza, onde é possível partilhar ensinamentos, identificar aspetos positivos e refletir sobre oportunidades de melhoria.

Referindo-se especificamente à Tempestade Kristin, considerou que este episódio constituiu um dos acontecimentos mais marcantes dos últimos tempos, justificando plenamente a sua escolha como tema do primeiro painel.

Antes de passar a palavra aos oradores, apelou à atenção dos participantes, incentivando-os a acompanhar as apresentações e a aproveitarem o período de debate para colocar questões, valorizando a oportunidade de ouvir diretamente responsáveis nacionais pelas operações de proteção civil.

Intervenção de José Ribeiro, 2.º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na sua intervenção, o **Dr. José Ribeiro** iniciou a apresentação com uma reflexão sobre a evolução histórica dos conceitos de Defesa Civil e de Proteção Civil, procurando demonstrar que, embora atualmente assumam designações e enquadramentos institucionais distintos, ambos assentam num conjunto de princípios comuns relacionados com a proteção das populações e a continuidade do funcionamento do Estado perante situações de crise.

Referiu que a evolução da sociedade e a alteração da natureza dos riscos conduziram a uma transformação progressiva do conceito de Defesa Civil para o atual Sistema de Proteção Civil, mantendo, contudo, como elementos essenciais a coordenação entre entidades, a organização da resposta, os sistemas de alerta e aviso às populações e a capacidade de reposição da normalidade após a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

Para ilustrar esta evolução recorreu ao exemplo da cidade de Londres durante a Segunda Guerra Mundial, explicando que os bombardeamentos efetuados pela aviação alemã obrigaram o Reino Unido a desenvolver uma organização civil capaz de proteger a população, assegurar a continuidade dos serviços essenciais e responder às necessidades básicas das comunidades afetadas.

Recordou que, para além da proteção direta das populações, essa estrutura permitia igualmente apoiar o esforço militar, mobilizando voluntários e cidadãos para diversas tarefas

relacionadas com a assistência às vítimas, a reposição das condições mínimas de funcionamento das cidades e o apoio logístico às Forças Armadas.

Referiu que esta experiência demonstrou que a proteção das populações não pode ser assegurada exclusivamente pelas estruturas militares, exigindo igualmente uma organização civil preparada para atuar de forma coordenada sempre que ocorram situações de elevada gravidade.

Prosseguindo a sua intervenção, abordou a evolução da Defesa Civil em Portugal, recordando que a criação da Defesa Civil do Território, em 1942, surgiu precisamente com o objetivo de assegurar o funcionamento mínimo do País em caso de guerra ou de outra situação excecional.

Explicou que essa organização permitia garantir a continuidade de diversos serviços indispensáveis à população enquanto as Forças Armadas concentravam a sua atuação na defesa externa do território nacional.

Segundo o orador, apesar das profundas alterações verificadas nas últimas décadas, muitos dos princípios então estabelecidos continuam atuais, sendo hoje adaptados às exigências de um sistema de proteção civil moderno, orientado para uma resposta integrada aos mais variados tipos de risco.

José Ribeiro fez igualmente referência aos Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra, salientando que estes instrumentos internacionais reforçam a necessidade de os Estados desenvolverem capacidades de preparação para cenários particularmente exigentes, incluindo situações relacionadas com ameaças nucleares.

Neste contexto, defendeu que as entidades responsáveis pela defesa e pela proteção civil devem preparar-se utilizando doutrinas, metodologias e formas de organização compatíveis entre si, de modo a garantir uma atuação coordenada sempre que as circunstâncias o exijam.

Ao abordar a realidade portuguesa, destacou a evolução registada nos últimos anos ao nível da organização das operações de proteção civil, referindo que a criação e consolidação do Sistema de Gestão de Operações e do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) constituíram passos fundamentais para melhorar a coordenação entre todas as entidades envolvidas na resposta às emergências.

Sublinhou que estes instrumentos permitem integrar, sob uma estrutura comum de comando e coordenação, os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades com responsabilidades relevantes, favorecendo uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e uma maior articulação entre organismos.

Na perspetiva apresentada, a eficácia das operações depende menos da quantidade de meios existentes e mais da forma como esses meios são organizados, coordenados e colocados ao serviço dos objetivos operacionais definidos.

Uma parte significativa da intervenção foi dedicada à cooperação entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e as Forças Armadas.

José Ribeiro destacou a experiência adquirida durante a resposta à Tempestade Kristin, considerando que essa ocorrência constituiu um exemplo particularmente relevante da capacidade de articulação entre diferentes entidades.

Referiu que o apoio prestado pelas Forças Armadas revelou elevada eficácia e demonstrou a importância de existirem mecanismos previamente definidos para solicitar, coordenar e integrar esses meios nas operações de proteção civil.

Recordou igualmente a experiência vivida durante a pandemia de COVID-19, período em que foi necessário responder simultaneamente a múltiplas solicitações provenientes de diferentes setores da administração pública.

Segundo explicou, uma das principais lições retiradas dessa experiência foi a importância da centralização dos pedidos de apoio.

Na sua perspetiva, todos os pedidos de emprego de meios militares devem ser canalizados através da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, permitindo uma visão global das necessidades existentes e assegurando uma gestão equilibrada dos recursos disponíveis.

Considerou que, caso cada entidade solicitasse diretamente o apoio das Forças Armadas, rapidamente se verificariam sobreposições de pedidos, dificuldades na definição de prioridades e uma utilização menos eficiente dos meios existentes.

Pelo contrário, a existência de uma estrutura central de coordenação permite estabelecer prioridades operacionais, distribuir recursos em função das necessidades mais urgentes e garantir uma resposta coerente em todos os teatros de operações.

Na parte final da sua intervenção, José Ribeiro procurou deixar algumas reflexões sobre os desafios que atualmente se colocam ao Sistema Nacional de Proteção Civil.

Referiu que os fenómenos extremos têm vindo a assumir características cada vez mais complexas, exigindo níveis crescentes de preparação, coordenação e capacidade de adaptação por parte de todas as entidades envolvidas.

Sublinhou igualmente que as chamadas ameaças híbridas representam um novo desafio para os sistemas de proteção civil, uma vez que conjugam diferentes formas de risco e exigem respostas multidisciplinares.

Neste contexto, defendeu que o futuro passa necessariamente pelo reforço da interação entre organismos, pelo desenvolvimento da interoperabilidade entre sistemas e pela consolidação de mecanismos de cooperação que permitam responder de forma rápida e eficaz a cenários particularmente exigentes.

Concluiu afirmando que o reforço da resiliência das instituições e das populações constitui atualmente um dos principais objetivos da proteção civil moderna, sendo indispensável continuar a investir na preparação, no treino conjunto e na melhoria contínua dos processos de coordenação operacional.

Intervenção de Carlos Siborro Leitão, Comandante do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME).

O segundo orador do painel foi o **Coronel Carlos Siborro Leitão**, Comandante do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME), que centrou a sua intervenção no papel das Forças Armadas no apoio ao Sistema Nacional de Proteção Civil, apresentando a experiência adquirida nas operações conjuntas desenvolvidas em situações de emergência complexa.

Iniciou a sua apresentação caracterizando o Regimento de Apoio Militar de Emergência, explicando que esta unidade foi criada para disponibilizar capacidades militares em apoio às autoridades civis sempre que a dimensão ou a gravidade das ocorrências justifiquem o recurso a meios complementares aos existentes no sistema de proteção civil.

Referiu que, nos últimos anos, as Forças Armadas têm sido chamadas a intervir num número crescente de situações de emergência, prestando apoio em incêndios rurais, tempestades, cheias, derrocadas, acidentes graves e outras ocorrências que exigem uma resposta rápida e coordenada.

Salientou que esta colaboração resulta da crescente complexidade das emergências atuais, as quais exigem uma utilização integrada dos recursos disponíveis no Estado, potenciando as capacidades de cada entidade em benefício da proteção das populações.

O Coronel Carlos Siborro Leitão esclareceu que a intervenção das Forças Armadas no âmbito da proteção civil se desenvolve sempre em conformidade com o quadro legal existente e respeitando o princípio da subsidiariedade consagrado na Lei de Bases da Proteção Civil.

Neste contexto, explicou que a responsabilidade primária pela condução das operações pertence às autoridades de proteção civil, sendo o apoio militar solicitado sempre que os meios civis se revelem insuficientes para responder às necessidades operacionais identificadas.

Sublinhou que este apoio não representa uma substituição das competências da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil ou dos restantes agentes de proteção civil, mas antes um reforço das capacidades disponíveis, permitindo aumentar a eficácia da resposta em cenários particularmente exigentes.

O orador destacou igualmente que o emprego dos meios militares obedece sempre à respetiva cadeia hierárquica de comando, sendo as missões atribuídas de acordo com os procedimentos estabelecidos entre as Forças Armadas e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Referiu que esta articulação institucional permite assegurar uma atuação coordenada, evitando duplicação de esforços e garantindo que os recursos disponíveis são empregues nos locais onde são efetivamente necessários.

Ao abordar as capacidades do Regimento de Apoio Militar de Emergência, salientou que grande parte dos equipamentos utilizados possui características de duplo uso (dual use), permitindo a sua utilização tanto em operações militares como em missões de proteção civil.

Esta versatilidade constitui, na sua perspetiva, uma mais-valia significativa para o Estado, uma vez que possibilita rentabilizar os investimentos efetuados nas capacidades militares e disponibilizar esses recursos em benefício das populações sempre que as circunstâncias o justifiquem.

Durante a intervenção foram apresentados os princípios que, na sua opinião, devem orientar a participação das Forças Armadas nas operações de proteção civil.

O primeiro desses princípios prende-se com a necessidade de garantir uma resposta cada vez mais preparada, estruturada e robusta, capaz de responder eficazmente a cenários de elevada complexidade.

Referiu que a preparação permanente constitui um elemento essencial para assegurar uma intervenção rápida, reduzindo os tempos de resposta e aumentando a eficácia operacional.

Como segundo princípio destacou a importância de adequar a resposta ao risco efetivamente existente.

Neste sentido, defendeu que os meios mobilizados devem ser proporcionais à natureza da ocorrência e à dimensão da emergência, evitando quer respostas insuficientes, quer mobilizações excessivas de recursos.

Considerou igualmente essencial que toda a atuação decorra em estreita articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e com as restantes entidades que integram o Sistema Nacional de Proteção Civil.

Segundo explicou, a coordenação institucional constitui um fator determinante para o sucesso das operações, permitindo integrar capacidades distintas sob um objetivo comum.

Outro aspeto particularmente valorizado foi a necessidade de manter uma prontidão permanente dos recursos das Forças Armadas.

O Coronel Carlos Siborro Leitão referiu que a imprevisibilidade das situações de emergência exige que os meios militares estejam preparados para serem projetados em qualquer momento e para qualquer ponto do território nacional, sempre que tal seja solicitado pelas autoridades competentes.

Esta disponibilidade permanente constitui uma das características diferenciadoras da capacidade militar de apoio às operações de proteção civil, permitindo responder rapidamente a situações que ultrapassam os meios inicialmente mobilizados.

Na parte final da sua intervenção regressou ao princípio da subsidiariedade, considerando-o um dos pilares fundamentais da colaboração entre as Forças Armadas e o Sistema Nacional de Proteção Civil.

Salientou que este princípio garante um equilíbrio adequado entre as responsabilidades das diferentes entidades, assegurando que o recurso aos meios militares ocorre apenas quando necessário, sem colocar em causa a autonomia operacional dos agentes de proteção civil.

Concluiu afirmando que os desafios colocados pelas alterações climáticas, pelos fenómenos

meteorológicos extremos e pelas novas ameaças à segurança tornam indispensável o reforço da cooperação entre todas as instituições do Estado.

Na sua perspetiva, a resposta às emergências complexas dependerá cada vez mais da capacidade de integrar recursos, partilhar informação, desenvolver exercícios conjuntos e consolidar mecanismos de coordenação operacional que permitam atuar de forma rápida, eficiente e articulada em benefício das populações.

Debate

Após as duas intervenções, a moderadora Soraia Ramos abriu um período de debate, proporcionando aos participantes a oportunidade de aprofundar alguns dos temas abordados pelos oradores.

As questões colocadas centraram-se essencialmente na articulação entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e as Forças Armadas durante ocorrências de grande dimensão, tomando como principal exemplo a resposta operacional à Tempestade Kristin.

Ao longo da discussão foi reforçada a ideia de que a eficácia da resposta depende, em larga medida, da existência de uma estrutura única de coordenação das operações, capaz de gerir de forma integrada os diferentes recursos colocados à disposição do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Neste contexto, voltou a ser sublinhada a importância da centralização dos pedidos de apoio através da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, permitindo uma visão global das necessidades existentes em cada momento e evitando a duplicação de solicitações às Forças Armadas.

Os oradores defenderam igualmente que a existência de procedimentos previamente definidos e regularmente exercitados constitui um fator determinante para o sucesso das operações conjuntas, permitindo reduzir tempos de resposta, melhorar a utilização dos recursos disponíveis e garantir uma atuação coordenada entre as entidades envolvidas.

Foi ainda consensual que a experiência adquirida durante a Tempestade Kristin veio confirmar a capacidade de cooperação entre os diversos agentes de proteção civil e as Forças Armadas, evidenciando a importância do treino conjunto e da consolidação de mecanismos de interoperabilidade.

Concluído o debate, a moderadora agradeceu as intervenções dos oradores, seguindo-se a entrega de lembranças aos membros da mesa e um registo fotográfico.

11h00 PAINEL 2: Monitorização de Ameaças Híbridas

O segundo painel da conferência teve como tema "Monitorização de Ameaças Híbridas", sendo moderado pelo **Professor Doutor Bruno Martins**, da Universidade Lusófona.

Na abertura da sessão, o moderador enquadrou o tema, referindo que a crescente complexidade do atual contexto internacional obriga a uma reflexão alargada sobre os novos

riscos que afetam os Estados, as organizações e os cidadãos.

Salientou que as ameaças híbridas deixaram de constituir um conceito exclusivamente associado ao domínio militar, assumindo atualmente uma dimensão transversal que engloba áreas como a cibersegurança, a proteção das infraestruturas críticas, a desinformação, a sabotagem, a segurança económica e a resiliência das instituições.

Referiu igualmente que a preparação para este tipo de ameaças exige uma cooperação cada vez mais estreita entre entidades com competências distintas, envolvendo não apenas os organismos responsáveis pela segurança interna e externa, mas também a Proteção Civil, os operadores de infraestruturas críticas, a comunidade científica e os próprios cidadãos.

Após este enquadramento, deu início às intervenções dos três oradores convidados.

Intervenção do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

O representante do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) centrou a sua intervenção na evolução das ameaças híbridas e na importância da monitorização permanente da informação estratégica.

Começou por referir que as ameaças atuais apresentam características muito diferentes das verificadas há alguns anos, sendo frequentemente desenvolvidas através de múltiplos domínios de atuação e recorrendo a meios tecnológicos altamente sofisticados.

Explicou que a designação de ameaça híbrida resulta precisamente da conjugação de diferentes formas de atuação que, embora nem sempre assumam uma natureza militar, podem produzir consequências significativas no funcionamento das instituições, da economia e da sociedade.

Neste contexto, destacou a importância dos sistemas de recolha, tratamento e análise de informação em tempo real, considerando que a rapidez com que a informação é produzida e analisada constitui atualmente um dos fatores decisivos para a eficácia da resposta.

Segundo referiu, muitas das ameaças dirigidas aos Estados desenvolvem-se em ambiente digital, procurando comprometer sistemas informáticos, interromper serviços essenciais ou recolher informação sensível.

Alertou que, nestes casos, uma resposta tardia pode permitir que os ataques provoquem consequências significativas antes de serem identificados, razão pela qual a monitorização contínua constitui um elemento indispensável da segurança nacional.

Durante a sua intervenção salientou igualmente a importância das infraestruturas críticas.

Referiu que os serviços de abastecimento de água, energia, comunicações, transportes e saúde constituem exemplos de infraestruturas cujo funcionamento permanente é essencial para garantir a normalidade da vida das populações.

Por essa razão, considerou que a sua proteção deve constituir uma prioridade para todas as

entidades responsáveis pela segurança e pela proteção civil.

Outro aspeto particularmente valorizado foi a crescente utilização da desinformação como instrumento de desestabilização.

Segundo explicou, muitas campanhas de influência procuram explorar as redes sociais e outros meios digitais para divulgar informação falsa ou manipulada, criando dúvidas na opinião pública, diminuindo a confiança nas instituições e condicionando processos de decisão.

Perante esta realidade, defendeu que tanto as organizações como os cidadãos devem desenvolver capacidade crítica para identificar informação credível, privilegiando sempre as comunicações provenientes de fontes oficiais.

Na parte final da intervenção salientou que a resiliência das sociedades depende não apenas da existência de sistemas tecnológicos de proteção, mas também da preparação dos próprios cidadãos.

Considerou que uma população bem informada, consciente dos riscos existentes e capaz de distinguir informação verdadeira de conteúdos manipulados constitui um elemento essencial para reduzir a vulnerabilidade do País perante este tipo de ameaças.

Concluiu afirmando que a prevenção continua a representar a principal forma de defesa, sendo indispensável investir continuamente na monitorização, na análise de informação e na cooperação entre todas as entidades responsáveis pela segurança nacional.

Intervenção do Serviço de Informações de Segurança (SIS)

A segunda intervenção, do Serviço de Informações de Segurança (SIS), centrou-se na evolução das ameaças à segurança interna e na crescente vulnerabilidade das infraestruturas críticas perante o atual contexto internacional.

Começou por referir que os conflitos armados atualmente em curso na Europa alteraram significativamente o quadro de riscos com que os Estados se confrontam, não apenas nos países diretamente envolvidos, mas também naqueles que, embora não participem diretamente nesses conflitos, podem sofrer consequências indiretas decorrentes da instabilidade internacional.

Neste contexto, salientou que uma das principais preocupações das estruturas de segurança prende-se atualmente com a proteção das empresas e das infraestruturas críticas, cuja interrupção ou degradação do funcionamento poderá produzir consequências muito significativas para o normal funcionamento do Estado e da sociedade.

Segundo referiu, a crescente dependência das infraestruturas tecnológicas e das redes digitais aumentou igualmente a exposição a novas formas de ameaça, tornando indispensável uma vigilância permanente sobre os sistemas considerados essenciais.

Destacou que setores como a energia, as comunicações, os transportes, o abastecimento de

água, os serviços financeiros e a saúde constituem hoje elementos fundamentais para o funcionamento do país, pelo que a sua proteção deve assumir carácter prioritário.

O orador explicou que uma das maiores dificuldades associadas às ameaças híbridas reside precisamente na sua identificação.

Ao contrário das ameaças convencionais, estas caracterizam-se frequentemente pela utilização simultânea de diferentes métodos de atuação, combinando ações de natureza tecnológica, económica, política e informacional, dificultando a identificação imediata da sua origem e dos seus objetivos.

Referiu que, por essa razão, a capacidade de identificar precocemente cada ameaça constitui um dos fatores mais importantes para limitar os seus efeitos.

Segundo explicou, quanto mais rapidamente for possível reconhecer a natureza da ameaça, determinar a sua origem e avaliar os seus potenciais impactos, maiores serão as possibilidades de desenvolver uma resposta eficaz e adequada.

Acrescentou que esta identificação permite igualmente orientar melhor os recursos disponíveis, protegendo prioritariamente as estruturas mais vulneráveis e reduzindo o risco de propagação dos efeitos para outros setores da sociedade.

Ao longo da intervenção foi igualmente salientada a importância da cooperação entre os diferentes organismos responsáveis pela segurança nacional.

Na perspetiva apresentada, nenhuma entidade possui, isoladamente, todas as capacidades necessárias para responder ao conjunto de riscos atualmente existentes.

Por esse motivo, considerou indispensável reforçar a partilha de informação, desenvolver mecanismos permanentes de cooperação institucional e consolidar procedimentos que permitam uma atuação coordenada entre todas as estruturas responsáveis pela segurança, defesa e proteção civil.

Recordando a evolução histórica da Defesa Civil de Emergência, referiu que esta estrutura foi criada precisamente para preparar o Estado para responder a situações que pudessem comprometer o funcionamento normal do País.

Na sua perspetiva, embora os riscos tenham evoluído significativamente, os princípios que estiveram na origem do planeamento civil de emergência mantêm plena atualidade.

Assim, considerou que o planeamento continua a assumir um papel determinante na redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, permitindo preparar antecipadamente respostas para diferentes cenários de crise.

Concluiu afirmando que a preparação, a vigilância permanente e a capacidade de antecipação continuarão a representar os principais instrumentos para fazer face às ameaças híbridas que atualmente se colocam aos Estados europeus.

Intervenção da Polícia de Segurança Pública (PSP)

A terceira intervenção do painel foi feita pelo **Intendente Adriano Anselmo**, da Polícia de Segurança Pública, responsável pela área da segurança aeroportuária no Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

A sua apresentação incidiu sobre os desafios associados à segurança aeroportuária e ao controlo das fronteiras externas, áreas que assumem particular importância no atual contexto internacional.

Começou por explicar que os aeroportos constituem infraestruturas particularmente sensíveis, concentrando diariamente milhares de passageiros provenientes de diferentes países e exigindo elevados padrões de segurança.

Referiu que o elevado fluxo diário de entradas e saídas obriga à implementação de procedimentos rigorosos de controlo, destinados a prevenir a prática de atividades criminosas e a impedir a entrada de indivíduos que possam representar uma ameaça para a segurança pública.

Salientou que a proteção das fronteiras não se limita ao controlo documental dos passageiros, envolvendo igualmente um conjunto alargado de mecanismos de análise de risco, vigilância, fiscalização e cooperação internacional.

Na sua perspetiva, a eficácia destes sistemas depende da conjugação entre recursos humanos altamente qualificados e soluções tecnológicas cada vez mais sofisticadas.

Ao abordar os investimentos realizados nesta área, referiu que a Polícia de Segurança Pública tem vindo a reforçar progressivamente os meios disponíveis para o controlo aeroportuário.

Esse reforço traduz-se tanto no aumento das capacidades tecnológicas como na valorização da formação dos profissionais que diariamente desempenham funções de segurança nas infraestruturas aeroportuárias.

Segundo explicou, a evolução constante das ameaças obriga igualmente à atualização permanente dos procedimentos operacionais e dos equipamentos utilizados.

Considerou que a inovação tecnológica representa atualmente uma ferramenta essencial para garantir elevados níveis de segurança, permitindo melhorar a capacidade de deteção de comportamentos suspeitos e aumentar a eficácia dos controlos efetuados.

Referiu ainda que Portugal integra o espaço europeu de livre circulação, circunstância que implica o cumprimento rigoroso das normas e padrões definidos pela União Europeia relativamente ao controlo das fronteiras externas.

Neste contexto, salientou que os mecanismos de segurança implementados nos aeroportos portugueses procuram responder aos elevados níveis de exigência estabelecidos pelas instituições europeias, garantindo simultaneamente a proteção dos passageiros e o normal funcionamento das infraestruturas aeroportuárias.

Concluiu afirmando que a segurança aeroportuária constitui atualmente uma componente

essencial da segurança nacional, exigindo uma permanente adaptação às novas formas de criminalidade e às ameaças emergentes que caracterizam o atual contexto internacional.

Debate

Concluídas as três intervenções, o moderador abriu um período de debate entre os participantes.

Ao longo da discussão voltou a ser destacada a importância da cooperação entre os serviços de informações, as forças de segurança, a proteção civil e os operadores das infraestruturas críticas, considerando-se que a resposta às ameaças híbridas depende da capacidade de articulação entre todas estas entidades.

Foi igualmente reforçada a necessidade de investir na prevenção, na partilha de informação e na preparação das organizações e dos cidadãos, reconhecendo-se que muitas das ameaças atuais se desenvolvem de forma silenciosa e apenas produzem efeitos visíveis quando conseguem comprometer o funcionamento de sistemas essenciais.

Os participantes convergiram na ideia de que a proteção das infraestruturas críticas constitui um dos principais desafios para os próximos anos, sendo indispensável continuar a reforçar os mecanismos de monitorização, a cooperação institucional e a cultura de segurança em todos os setores da sociedade.

Concluído o debate, o moderador agradeceu as intervenções dos oradores, seguindo-se a entrega de lembranças aos membros da mesa e um registo fotográfico.

Após a pausa para almoço, os trabalhos foram retomados pelas 14h15, dando início ao programa da tarde. A reabertura deu-se com uma palestra técnica promovida pela empresa Jacinto Marques de Oliveira, Sucessores, à qual se seguiram o terceiro painel da conferência, dedicado à articulação e resposta integrada da Proteção Civil e do Sistema de Defesa Nacional, e quarto e último painel, dedicado à preparação, resposta e resiliência, com enfoque em evacuações, abrigos temporários, logística humanitária e proteção civil em contextos de conflito armado e ameaças híbridas.

14h20 Palestra técnica do Patrocinador - Jacinto Marques de Oliveira, Sucessores, Lda.

A palestra técnica foi proferida pelo **Eng.º Jacinto Reis**, Co-CEO da empresa Jacinto Marques de Oliveira e Jacinto Defense, que apresentou a evolução histórica da organização, a sua capacidade industrial e as perspetivas de desenvolvimento nos setores da proteção civil e da defesa.

Iniciou a sua intervenção recordando as origens da empresa, explicando que a atividade começou há várias décadas com o fabrico de bombas destinadas à captação de água em poços, respondendo às necessidades agrícolas e industriais da época.

Referiu que a empresa foi evoluindo de forma gradual, acompanhando as transformações

tecnológicas e as necessidades dos seus clientes, procurando sempre adaptar os seus produtos às exigências do mercado.

Segundo explicou, um dos momentos marcantes dessa evolução ocorreu quando alguns dos colaboradores da empresa, que desempenhavam simultaneamente funções como bombeiros, começaram a identificar diversas necessidades operacionais existentes nos corpos de bombeiros.

A proximidade destes trabalhadores à realidade operacional permitiu perceber que existiam oportunidades para melhorar os equipamentos utilizados no combate aos incêndios e noutras operações de socorro.

Foi precisamente essa experiência prática que conduziu ao desenvolvimento das primeiras adaptações em veículos destinados aos bombeiros, iniciando um percurso que acabaria por transformar profundamente a atividade da empresa.

Ao longo dos anos, essas adaptações deram origem ao desenvolvimento de soluções próprias, especificamente concebidas para responder às necessidades operacionais dos corpos de bombeiros portugueses.

Jacinto Reis destacou igualmente um momento que considerou determinante para a afirmação da empresa.

Referiu que a transformação de uma viatura Toyota com tração 4x2 numa versão 4x4 constituiu um importante desafio técnico, demonstrando a capacidade de inovação da organização e abrindo caminho ao desenvolvimento de novas soluções destinadas à proteção civil.

Segundo explicou, esta intervenção marcou uma etapa decisiva na consolidação das competências técnicas da empresa, permitindo-lhe assumir um posicionamento cada vez mais relevante no fabrico de veículos especiais.

Ao abordar a realidade atual da organização, apresentou um conjunto de indicadores que evidenciam o crescimento registado nos últimos anos.

Referiu que, durante o ano de 2025, a empresa alcançou um crescimento de 91%, resultado que refletiu o forte aumento da procura pelos seus produtos e a consolidação da sua presença nos mercados internacionais.

Acrescentou que a empresa registou uma margem de lucro de aproximadamente 18%, demonstrando igualmente uma situação financeira sólida e sustentável.

Outro indicador destacado pelo orador relacionou-se com o investimento em inovação.

Segundo referiu, cerca de 17% da produção corresponde atualmente a projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico, refletindo a aposta contínua na criação de novos produtos e na melhoria das soluções existentes.

Explicou que a inovação constitui um fator estratégico para assegurar a competitividade da empresa num mercado cada vez mais exigente e tecnologicamente evoluído.

Relativamente aos recursos humanos, informou que a organização emprega cerca de 180 colaboradores, reunindo profissionais com competências diversificadas nas áreas da engenharia, produção industrial, desenvolvimento tecnológico e apoio técnico especializado.

No que respeita à atividade comercial, salientou que aproximadamente 90% da produção é destinada aos mercados internacionais, o que evidencia a forte vocação exportadora da empresa.

Indicou igualmente que os equipamentos produzidos se encontram atualmente distribuídos por mais de trinta países, destacando particularmente os mercados de França e da Alemanha, onde a empresa possui uma presença consolidada.

Referiu ainda que o volume de negócios atingiu cerca de 50 milhões de euros, resultado que traduz o crescimento sustentado da organização e o reconhecimento internacional da qualidade dos seus produtos.

Na parte final da apresentação, Jacinto Reis explicou que a empresa tem vindo igualmente a desenvolver novas áreas de atividade.

Sem abandonar o setor tradicional da proteção civil, encontra-se atualmente a investir na área da defesa, através da marca Jacinto Defense, procurando responder às novas necessidades colocadas pelo atual contexto internacional.

Segundo referiu, a evolução das ameaças, o reforço das capacidades de defesa dos Estados europeus e a crescente procura por soluções tecnologicamente avançadas criaram novas oportunidades para a indústria portuguesa.

Neste contexto, explicou que a empresa pretende colocar ao serviço do setor da defesa a experiência adquirida ao longo de décadas no desenvolvimento de veículos especiais e equipamentos destinados à resposta operacional.

Concluiu a sua intervenção reafirmando o compromisso da empresa com a inovação, a qualidade e a internacionalização, considerando que estes continuarão a ser os principais pilares do seu desenvolvimento futuro.

No final, a Comissão Organizadora, na figura dos seus presidentes, agradeceu ao Engenheiro Jacinto Reis o apoio prestado pela sua Empresa ao evento e entregou uma lembrança, fazendo-se um registo fotográfico.

14h45 PAINEL 3: Proteção Civil e Defesa Nacional: Caminhos para uma Resiliência Integrada

A terceira sessão temática da conferência foi moderada pela **Eng.ª Cristina Cardoso**, Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Na abertura do painel, a moderadora contextualizou a crescente importância da articulação entre a Proteção Civil e a Defesa Nacional perante a evolução dos riscos que atualmente

afetam as sociedades modernas.

Referiu que os acontecimentos recentes demonstram que as fronteiras entre os diferentes tipos de ameaça se tornaram progressivamente menos definidas, exigindo uma visão integrada da preparação, da prevenção e da resposta.

Salientou igualmente que a construção de uma sociedade mais resiliente depende da capacidade de cooperação entre organismos públicos, forças de segurança, Forças Armadas, autarquias e entidades da sociedade civil.

Neste enquadramento, apresentou o orador convidado, José Manuel Moura, Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e, por inerência dessas funções, Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, convidando-o a partilhar a sua visão sobre os desafios atuais do Sistema Nacional de Proteção Civil e da articulação com a Defesa Nacional.

Intervenção de José Manuel Moura, Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

O **Doutor José Manuel Moura** iniciou a sua intervenção agradecendo o convite para participar na conferência e começou por esclarecer o enquadramento das funções que atualmente desempenha.

Referiu que assumira recentemente a presidência da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, cargo que exercia há pouco mais de um ano, explicando que, por inerência dessas funções, passou igualmente a presidir ao Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

Recordou que, anteriormente, aquele Conselho se encontrava na dependência do Ministério da Defesa Nacional, encontrando-se agora integrado na estrutura da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, alteração que, na sua perspetiva, permite uma maior aproximação entre o planeamento civil de emergência e a organização nacional da proteção civil.

Referiu que o tema que lhe havia sido proposto permitia abordar diferentes assuntos relacionados com a atualidade da proteção civil portuguesa, destacando acontecimentos recentes como o apagão elétrico, a Tempestade Kristin, os incêndios rurais e outros fenómenos extremos que colocaram à prova a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Começou por recordar quais são, na sua perspetiva, os principais objetivos do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Explicou que toda a organização da proteção civil assenta em três grandes finalidades.

A primeira consiste em assegurar a continuidade da ação governativa, garantindo que, mesmo perante situações de crise de elevada gravidade, o Estado mantém capacidade para

exercer as suas funções essenciais.

A segunda finalidade prende-se com a continuidade do funcionamento dos serviços considerados essenciais para a população.

Neste domínio, referiu que importa garantir o funcionamento de setores como a energia, a água, as comunicações, a saúde, os transportes e outros serviços indispensáveis ao normal funcionamento da sociedade.

Destacou a preparação do apoio civil ao setor militar, considerando que a articulação entre as estruturas civis e militares constitui uma componente essencial do planeamento civil de emergência.

Explicou que estes objetivos devem ser analisados simultaneamente em três escalas distintas.

A primeira corresponde à realidade nacional, onde importa assegurar a capacidade de resposta do Estado português.

A segunda enquadra-se no contexto europeu, marcado por uma crescente cooperação entre os Estados-Membro em matéria de proteção civil.

Ao abordar o recente apagão elétrico que afetou parte da Península Ibérica, José Manuel Moura explicou que este acontecimento evidenciou a necessidade de acelerar alguns processos que já vinham sendo equacionados há algum tempo.

Referiu que, na sequência desse episódio, foram constituídas diversas comissões de trabalho destinadas a aprofundar a análise das vulnerabilidades identificadas.

Considerou que algumas dessas estruturas poderiam ter sido criadas anteriormente, mas reconheceu que o apagão funcionou como um fator impulsionador para a sua concretização.

Outro aspeto destacado relacionou-se com a identificação das entidades críticas e das infraestruturas críticas.

Referiu que esta matéria foi objeto de enquadramento legal através do Decreto-Lei n.º 22/2025, de 19 de março, diploma que estabelece mecanismos destinados a reforçar a proteção das infraestruturas consideradas essenciais para o funcionamento do País.

Na sua perspetiva, o conhecimento rigoroso destas infraestruturas constitui um elemento indispensável para o planeamento da resposta a situações de emergência.

Salientou que Portugal integra um sistema coletivo de segurança que exige elevados níveis de preparação e resiliência a NATO.

No âmbito da NATO, recordou igualmente a existência de um conjunto de requisitos relacionados com a resiliência nacional.

Referiu que a Aliança Atlântica identifica sete requisitos fundamentais que os Estados devem assegurar para manter a capacidade de funcionamento perante situações de crise, sublinhando que estes princípios se encontram intimamente relacionados com o

planeamento civil de emergência.

Passando à análise da Tempestade Kristin, José Manuel Moura explicou que a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil procurou antecipar a resposta logo antes da ocorrência do fenómeno meteorológico.

Recordou que foi realizada uma conferência de imprensa destinada a alertar a população para a gravidade da situação e para a necessidade de adoção de medidas preventivas.

Referiu, contudo, que essa conferência coincidiu com o último debate das eleições legislativas, circunstância que acabou por reduzir significativamente a atenção mediática dedicada aos avisos emitidos pela proteção civil.

Considerou que esta coincidência limitou o impacto da comunicação preventiva junto da população, embora os avisos tenham sido emitidos em tempo útil.

Depois da passagem da tempestade, explicou que a prioridade passou pela avaliação rápida da situação operacional.

Segundo referiu, foi efetuado um balanço das ocorrências registadas, identificados os principais constrangimentos e definidas prioridades de intervenção.

Entre os problemas mais significativos destacou a enorme quantidade de árvores derrubadas e estruturas caídas sobre as vias de comunicação.

Explicou que estes obstáculos dificultaram não apenas a circulação normal, mas também a chegada dos meios de socorro aos locais onde eram necessários.

Referiu que esta realidade obrigou, em muitos casos, a proceder previamente à desobstrução das vias antes de ser possível iniciar outras operações de emergência.

Na sua intervenção salientou ainda que este episódio veio reforçar a necessidade de continuar a desenvolver trabalhos preventivos, particularmente na gestão do espaço florestal e na redução da vulnerabilidade das infraestruturas rodoviárias.

José Manuel Moura abordou igualmente um tema que, na altura da tempestade, suscitou alguma discussão pública.

Referia-se à eventual ativação do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. Segundo explicou, chegou a ser defendida publicamente essa possibilidade. No entanto, manifestou a opinião de que essa solução não faria sentido naquele contexto específico. Justificou esta posição afirmando que uma das principais necessidades operacionais consistia na disponibilização de geradores elétricos, equipamentos que existiam em quantidade suficiente em território nacional.

Assim, considerou que recorrer ao mecanismo europeu para obter meios que já estavam disponíveis em Portugal não constituiria uma solução adequada nem eficiente.

Outro exemplo utilizado para ilustrar a complexidade das decisões operacionais foi o encerramento da Autoestrada A1, na zona de Coimbra, na sequência das cheias do rio

Mondego. Explicou que esta decisão foi tomada com base na informação técnica disponível relativamente à evolução da estabilidade do talude existente naquela zona. Reconheceu que se tratou de uma decisão difícil, atendendo às consequências que o encerramento de uma das principais vias do país acarreta para a circulação rodoviária.

Todavia, referiu que os acontecimentos posteriores vieram confirmar que essa decisão foi a mais adequada, demonstrando a importância de privilegiar a segurança das pessoas sempre que existam dúvidas fundadas quanto às condições existentes no terreno.

Debate

Concluída a intervenção de José Manuel Moura, a moderadora, Eng.^a Cristina Cardoso, abriu o período de debate, durante o qual foram colocadas diversas questões relacionadas com o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção Civil, a articulação entre os diferentes níveis da administração pública e a preparação do País para responder a acontecimentos de grande dimensão.

A primeira intervenção partiu do Professor José Alves, que procurou conhecer a visão do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil relativamente ao papel desempenhado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil no atual modelo organizacional.

Na resposta, José Manuel Moura afirmou, de forma inequívoca, que o nível municipal constitui a base de todo o Sistema Nacional de Proteção Civil. Referiu que esta realidade decorre diretamente do princípio da subsidiariedade, um dos princípios estruturantes da Lei de Bases da Proteção Civil, segundo o qual a resposta deve ser assegurada, em primeira linha, pelo nível mais próximo das populações.

Na sua perspetiva, os municípios possuem um conhecimento aprofundado do território, das suas vulnerabilidades, das populações e dos recursos existentes, circunstância que lhes permite desenvolver uma resposta inicial mais rápida e mais ajustada às necessidades concretas de cada ocorrência.

Acrescentou que a experiência da Tempestade Kristin demonstrou precisamente a importância desta capacidade de resposta local, evidenciando que foram os Serviços Municipais de Proteção Civil, em articulação com os corpos de bombeiros, forças de segurança e restantes agentes de proteção civil, que asseguraram as primeiras intervenções e a gestão imediata das consequências provocadas pela tempestade.

Considerou, por isso, que qualquer evolução futura do Sistema Nacional de Proteção Civil deverá continuar a reforçar as competências do nível municipal, valorizando a proximidade às populações e a capacidade de coordenação existente no território.

Seguidamente, o Professor Doutor Artur Costa colocou uma questão relacionada com a eventual necessidade de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Na sua intervenção recordou que o recente relatório elaborado por iniciativa do Senhor Presidente da República identificava diversas insuficiências e aspetos suscetíveis de melhoria, questionando se o atual sistema dispõe dos meios necessários para responder a

fenómenos cada vez mais complexos e frequentes.

Na resposta, José Manuel Moura começou por referir que participou diretamente na elaboração daquele relatório, razão pela qual conhece detalhadamente as conclusões nele constantes.

Afirmou que encara o documento com tranquilidade, considerando que o seu principal objetivo consiste precisamente em identificar oportunidades de melhoria e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Explicou que um dos aspetos mais relevantes identificados no relatório diz respeito à robustez e à resiliência das redes consideradas essenciais ao funcionamento do País.

Na sua perspetiva, acontecimentos recentes demonstraram que a proteção destas infra-estruturas deverá continuar a constituir uma prioridade estratégica para os próximos anos.

Sublinhou igualmente que a preparação para situações excecionais deve assentar, cada vez mais, em medidas de antecipação.

Segundo referiu, a capacidade de prever cenários, identificar vulnerabilidades e preparar previamente os mecanismos de resposta constitui atualmente um dos fatores mais importantes para reduzir as consequências das grandes emergências.

Como exemplo desta necessidade de antecipação recordou novamente a Tempestade Kristin.

Referiu que, segundo os registos históricos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, existentes desde 1931, nunca tinha sido observado um fenómeno com características semelhantes às verificadas durante aquele episódio.

Esta circunstância demonstra, na sua opinião, que os fenómenos meteorológicos extremos estão a assumir características cada vez mais imprevisíveis, obrigando os sistemas de proteção civil a adaptar permanentemente os seus modelos de preparação e resposta.

Apesar desta realidade, manifestou confiança na capacidade de evolução do sistema.

Considerou que existe atualmente um vasto conjunto de conhecimentos e experiências acumuladas ao nível europeu, salientando que os Estados-Membros conhecem profundamente os respetivos modelos organizacionais e partilham regularmente boas práticas e ensinamentos retirados das diferentes ocorrências.

Na sua perspetiva, já existem soluções testadas para muitos dos desafios atualmente colocados à proteção civil, sendo fundamental continuar a aprender com a experiência e adaptar essas soluções à realidade portuguesa.

A última questão do debate foi colocada pela jornalista Soraia Ramos.

Recuperando uma reflexão surgida durante o painel da manhã acerca da articulação entre diferentes entidades durante a resposta à Tempestade Kristin, questionou o orador sobre a eventual existência de dificuldades de relacionamento institucional, utilizando, de forma

metafórica, a expressão "existem cães a guardar quintas?" para ilustrar possíveis conflitos de competências entre organizações.

Na resposta, José Manuel Moura procurou desvalorizar essa percepção. Referiu que, apesar de algumas interpretações públicas, a realidade operacional demonstra que as diferentes instituições trabalham de forma articulada e respeitando os mecanismos de coordenação estabelecidos. Explicou que o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro define claramente as responsabilidades, as cadeias de comando e os procedimentos de articulação entre todas as entidades envolvidas nas operações.

Na sua perspetiva, quando cada organismo conhece as suas competências e respeita as respetivas hierarquias, o sistema funciona de forma eficaz. Reconheceu que, naturalmente, podem existir momentos de maior exigência operacional e diferentes pontos de vista relativamente a determinadas decisões, mas considerou que essas situações fazem parte da gestão normal de operações complexas e não representam problemas estruturais de relacionamento institucional.

Concluiu afirmando que a experiência recente demonstra que as instituições portuguesas possuem uma elevada capacidade de cooperação e que essa cultura de trabalho conjunto constitui uma das maiores fortalezas do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Após o encerramento do período de perguntas e respostas, a moderadora agradeceu a participação do orador e dos participantes no debate, salientando a riqueza das reflexões partilhadas e a importância de continuar a promover espaços de discussão entre responsáveis institucionais, comunidade académica e profissionais da proteção civil. Seguiu-se uma entrega de lembranças à presidente da mesa e orador e um registo fotográfico.

15h45 PAINEL 4: Preparação, Resposta e Resiliência a Ameaças Híbridas

A última sessão temática da conferência foi moderada pelo **Professor Doutor Jorge Raposo**, docente da Universidade Lusófona, que começou por enquadrar o tema da preparação das sociedades para responder a riscos complexos, salientando que as alterações verificadas no contexto internacional exigem uma visão cada vez mais integrada da proteção civil. Referiu que os fenómenos extremos, as crises humanitárias, os conflitos armados e as ameaças híbridas colocam desafios inéditos às organizações responsáveis pela proteção das populações, tornando indispensável reforçar a articulação entre as diferentes entidades com responsabilidades na resposta.

Neste contexto, apresentou os três oradores convidados para o painel: Dr. Jody Rato, Coordenador Nacional Adjunto de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa; Major-General Paulo Macedo Gonçalves, Comandante da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR; e Engenheiro Pedro Louro, Coordenador Municipal de Proteção Civil e Comandante dos Bombeiros do Município de Espinho.

O moderador destacou que, embora provenientes de instituições distintas, os três

intervenientes partilhavam uma vasta experiência operacional, circunstância que permitiria enriquecer o debate através da apresentação de diferentes perspetivas sobre a preparação, a resposta e a construção da resiliência perante ameaças cada vez mais complexas.

Intervenção de Jody Rato, Coordenador Nacional Adjunto de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa.

O primeiro orador do quarto painel foi o **Dr. Jody Rato**, Coordenador Nacional Adjunto de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), cuja intervenção incidiu sobre a organização dos abrigos temporários e a logística humanitária em situações de emergência, áreas que assumem uma importância crescente perante o aumento da frequência e da intensidade das catástrofes naturais e de outras situações de crise.

Começou por referir que, independentemente da natureza da ocorrência, uma das primeiras preocupações das entidades responsáveis pela resposta consiste em garantir condições de acolhimento às populações deslocadas, assegurando-lhes proteção, segurança e acesso aos bens essenciais.

Explicou que a instalação de abrigos temporários constitui uma das componentes fundamentais da resposta humanitária, permitindo acolher pessoas que, por força da ocorrência, ficaram impossibilitadas de permanecer nas suas habitações ou necessitam de ser evacuadas por razões de segurança.

Segundo referiu, estes espaços devem proporcionar condições mínimas de habitabilidade, garantindo não apenas alojamento, mas também alimentação, apoio psicossocial, condições de higiene, privacidade e acompanhamento permanente das pessoas acolhidas.

Neste contexto apresentou uma das soluções recentemente desenvolvidas pela Cruz Vermelha Portuguesa, designadamente o reboque ZCAP, equipamento concebido para proporcionar uma resposta rápida na instalação de zonas de acolhimento temporário.

Explicou que esta plataforma móvel permite transportar aproximadamente cinquenta camas, bem como o material necessário para instalar, em curto espaço de tempo, um abrigo destinado a receber pessoas desalojadas.

Salientou que a principal vantagem desta solução reside na sua elevada mobilidade, podendo ser rapidamente deslocada para qualquer ponto do território nacional onde se verifique uma situação de emergência. Na perspetiva apresentada, esta capacidade de projeção rápida permite reduzir significativamente o tempo necessário para assegurar condições mínimas de acolhimento às populações afetadas.

Ao longo da sua intervenção apresentou diversos exemplos da participação da Cruz Vermelha Portuguesa em operações de emergência, tanto em território nacional como em missões internacionais.

Recordou que a instituição tem vindo a participar regularmente em operações de apoio às populações afetadas por incêndios rurais, cheias, tempestades e outras ocorrências de

proteção civil, assegurando apoio humanitário complementar às restantes entidades envolvidas nas operações. Referiu igualmente a experiência acumulada pela organização em missões internacionais de assistência humanitária, onde a gestão de abrigos temporários constitui frequentemente uma das primeiras necessidades identificadas após a ocorrência de catástrofes naturais ou conflitos armados.

Segundo explicou, essas experiências permitiram retirar ensinamentos importantes relativamente à organização logística, ao planeamento dos recursos e à necessidade de desenvolver soluções cada vez mais flexíveis e adaptáveis aos diferentes cenários operacionais. O orador salientou ainda que a logística humanitária não se limita ao transporte de equipamentos ou à distribuição de bens essenciais.

Na sua perspetiva, trata-se de uma atividade altamente especializada que envolve planeamento, coordenação, gestão de recursos e capacidade de antecipação, permitindo garantir que os meios certos chegam ao local certo, no momento em que são efetivamente necessários.

Sublinhou que o sucesso das operações humanitárias depende, em grande medida, da preparação realizada antes da ocorrência das emergências, razão pela qual a Cruz Vermelha Portuguesa tem vindo a investir na melhoria contínua das suas capacidades logísticas e operacionais.

Na parte final da apresentação abordou algumas perspetivas futuras para a organização, referindo que a evolução dos riscos exige um reforço permanente da capacidade de resposta humanitária. Considerou que fenómenos extremos, conflitos internacionais e ameaças híbridas continuarão a gerar necessidades crescentes de acolhimento temporário e de apoio às populações, tornando indispensável continuar a investir em soluções inovadoras, em equipamentos de rápida mobilização e na formação dos recursos humanos envolvidos nestas missões.

Concluiu afirmando que a proteção das pessoas não termina quando termina a fase de socorro imediato, sendo igualmente necessário garantir condições dignas durante todo o período de recuperação das comunidades afetadas.

Intervenção de Paulo Macedo Gonçalves, Comandante da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana.

Seguidamente usou da palavra o **Major-General Paulo Macedo Gonçalves**, Comandante da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da Guarda Nacional Republicana, que desenvolveu a sua intervenção em torno do tema "Evacuação e segurança na zona sinistrada". Começou por afirmar que uma evacuação constitui uma das operações mais exigentes que podem ser realizadas no âmbito da proteção civil.

Explicou que, apesar de muitas vezes ser encarada apenas como uma deslocação de pessoas para um local seguro, trata-se, na realidade, de uma operação extremamente complexa, que

envolve simultaneamente preocupações de proteção civil e de segurança pública.

Segundo referiu, qualquer processo de evacuação implica riscos significativos, quer para as populações envolvidas, quer para os operacionais responsáveis pela sua execução.

Por essa razão, todas as decisões relacionadas com a evacuação devem assentar numa rigorosa avaliação do risco existente, ponderando permanentemente os benefícios da retirada das populações face às dificuldades inerentes à própria operação.

Ao abordar o papel da Guarda Nacional Republicana, destacou que a UEPS beneficia de características particularmente importantes para este tipo de missões.

Referiu, desde logo, a forte ligação territorial que caracteriza a Guarda Nacional Republicana, permitindo um conhecimento profundo das comunidades onde desenvolve a sua atividade.

Acrescentou que essa proximidade proporciona uma relação de confiança entre os militares da GNR e as populações, facilitando a comunicação em momentos particularmente sensíveis.

Outro aspeto valorizado foi o conhecimento detalhado do território.

Segundo explicou, esse conhecimento constitui uma vantagem operacional importante durante as evacuações, permitindo identificar rapidamente os melhores itinerários, reconhecer zonas de maior vulnerabilidade e adaptar a resposta às características específicas de cada local.

O Comandante da UEPS salientou que, na maioria das situações, as evacuações decorrem em cenários particularmente difíceis.

Referiu que incêndios rurais, cheias, movimentos de vertente ou outras ocorrências obrigam frequentemente à retirada urgente de pessoas que, naturalmente, mantêm uma forte ligação emocional às suas habitações, aos seus bens e aos seus animais.

Na sua experiência operacional, esta componente emocional representa um dos maiores desafios das operações de evacuação.

Explicou que muitas pessoas demonstram resistência em abandonar as suas casas, mesmo quando existe perigo iminente, circunstância que aumenta significativamente o grau de dificuldade da intervenção.

Por essa razão, considerou fundamental que os operacionais desenvolvam, não apenas competências técnicas, mas também capacidades de comunicação e sensibilização, procurando explicar às populações os riscos existentes e a necessidade das decisões tomadas.

Acrescentou que a segurança das zonas evacuadas constitui igualmente uma responsabilidade importante da Guarda Nacional Republicana.

Após a retirada das populações torna-se necessário garantir a proteção dos bens existentes, controlar os acessos às áreas interditas e assegurar que o regresso das pessoas apenas

ocorre quando estiverem reunidas todas as condições de segurança.

Na parte final da sua intervenção salientou que a crescente frequência de fenómenos extremos exigirá uma preparação cada vez maior para operações desta natureza, tornando indispensável continuar a investir na formação, no treino conjunto e na articulação entre todas as entidades responsáveis pela gestão das emergências.

Intervenção de Pedro Louro, Coordenador Municipal de Proteção Civil e Comandante dos Bombeiros do Município de Espinho.

A última intervenção do painel esteve a cargo do **Eng.º Pedro Louro**, Coordenador Municipal de Proteção Civil e Comandante dos Bombeiros do Município de Espinho, que iniciou a sua apresentação agradecendo à Universidade Lusófona a realização da conferência em Espinho e o facto de continuar a promover, no concelho, iniciativas dedicadas a temas atuais e relevantes para a proteção das populações.

Começou por sublinhar que o mundo está a mudar de forma muito rápida, circunstância que obriga as organizações responsáveis pela proteção civil a adaptar permanentemente os seus modelos de preparação e resposta.

Referiu que as catástrofes se tornaram mais frequentes e que, paralelamente, aumentou também o número de fatores capazes de desencadear situações de emergência, tornando o contexto operacional bastante mais complexo do que aquele que existia há alguns anos.

Na sua perspetiva, esta evolução exige uma visão mais abrangente da proteção civil, capaz de integrar simultaneamente os riscos naturais, os acidentes tecnológicos e as ameaças híbridas que atualmente afetam os países europeus.

Pedro Louro destacou que a Europa atravessa uma fase de preparação particularmente exigente, na qual os sistemas de proteção civil deixaram de estar orientados apenas para a resposta a catástrofes naturais.

Segundo referiu, os Estados europeus estão igualmente a reforçar as suas capacidades para enfrentar ameaças híbridas, reconhecendo que a proteção das populações depende cada vez mais da capacidade de responder a cenários muito diversificados.

Como exemplo desta tendência mencionou o investimento anunciado pela Alemanha para o reforço das capacidades de proteção civil, indicando um montante de 10 mil milhões de euros destinado à preparação do país para responder a ameaças híbridas e a situações de emergência de grande dimensão.

Considerou que esta preocupação não se limita à Alemanha, mas representa uma orientação comum à maioria dos países europeus, que têm vindo a reforçar o planeamento, os equipamentos e as estruturas de resposta.

A partir desta constatação, defendeu uma reflexão sobre a organização da proteção civil em Portugal.

Na sua opinião, não faz sentido estabelecer uma separação rígida entre Defesa Civil e Proteção Civil, uma vez que, do ponto de vista operacional, a resposta necessária perante muitas situações é essencialmente a mesma.

Explicou que, independentemente da origem da ameaça — seja um fenómeno natural, um acidente tecnológico ou um cenário relacionado com a segurança nacional — os mecanismos de evacuação, acolhimento, proteção das populações, gestão logística e coordenação operacional apresentam características muito semelhantes.

Por essa razão, considerou que a integração e a articulação entre estas áreas devem ser reforçadas, evitando compartimentos excessivamente separados na organização do sistema.

Outro aspeto particularmente valorizado foi o papel do nível municipal.

Pedro Louro referiu que os municípios constituem a estrutura mais próxima das populações e, por esse motivo, assumem frequentemente a primeira resposta perante qualquer situação de emergência.

Na sua perspetiva, a proximidade ao território, o conhecimento das comunidades e a capacidade de mobilização local representam fatores essenciais para garantir uma resposta rápida e eficaz.

Na parte final da sua intervenção apresentou uma reflexão sobre o enquadramento institucional da proteção civil em Portugal.

Defendeu que a Proteção Civil deveria assumir uma natureza supraministerial, considerando que as suas responsabilidades atravessam múltiplos setores da administração pública e exigem uma coordenação transversal ao conjunto do Estado.

Segundo explicou, os desafios atuais da segurança, da emergência e da resiliência nacional ultrapassam as fronteiras tradicionais entre ministérios, tornando necessário um modelo de coordenação capaz de integrar de forma mais eficaz todas as entidades com responsabilidades nestas matérias.

Concluiu afirmando que o futuro da proteção civil dependerá da capacidade de antecipar riscos, preparar as comunidades, reforçar a cooperação institucional e desenvolver uma cultura de resiliência capaz de envolver toda a sociedade.

Debate

Concluídas as três intervenções, o moderador promoveu um breve momento de debate entre os participantes, durante o qual foram retomados alguns dos temas transversais ao painel. As intervenções evidenciaram a importância da preparação prévia das comunidades, da articulação entre entidades locais e nacionais e da necessidade de desenvolver capacidades permanentes de resposta humanitária, evacuação e proteção das populações. Foi igualmente sublinhado que a crescente frequência de fenómenos extremos e a evolução das ameaças híbridas exigem uma cooperação cada vez mais estreita entre a proteção civil, as forças de segurança, as Forças Armadas, a Cruz Vermelha Portuguesa e os serviços municipais.

Os participantes convergiram na ideia de que a resiliência nacional depende não apenas da existência de meios operacionais, mas também da preparação das organizações, da formação dos profissionais e da capacidade de mobilização das comunidades locais.

No encerramento do painel, o moderador agradeceu a participação dos oradores e destacou a complementaridade das diferentes perspectivas apresentadas, considerando que o debate demonstrou a importância de integrar as dimensões humanitária, operacional e estratégica na preparação do País para responder a situações de emergência complexa. Conclui-se com uma entrega de lembranças aos membros da mesa e um registo fotográfico.

17h30 Encerramento e fim dos trabalhos.

A conferência terminou, pelas 17h30, após uma síntese dos principais temas debatidos ao longo do dia realizada pelo **Professor Doutor Artur Costa**, Presidente da Comissão Organizadora. Destacou que as diferentes intervenções evidenciaram a crescente complexidade dos riscos que atualmente afetam as sociedades contemporâneas, desde os fenómenos meteorológicos extremos até às ameaças híbridas, passando pelas vulnerabilidades das infraestruturas críticas e pelos desafios colocados à continuidade dos serviços essenciais. Lembrou que os participantes salientaram igualmente a importância da cooperação entre todas as entidades intervenientes nos processos de proteção e defesa civil, incluindo todos os atores da Proteção Civil, municípios, forças de segurança, forças armadas, serviços de informações e demais serviços centrais do Estado, sem esquecer a comunidade académica e científica e outras entidades relevantes, o setor empresarial e a própria sociedade civil. Continuou, reconhecendo que a resposta a emergências complexas depende da capacidade de integrar conhecimentos, recursos e experiências provenientes de diferentes áreas. Sublinhou ainda a necessidade de continuar a investir na prevenção, no planeamento civil de emergência, na formação dos profissionais e na preparação das populações, com vista ao reforço da resiliência das comunidades perante acontecimentos cada vez mais exigentes e imprevisíveis.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, o Professor Doutor Artur Costa agradeceu aos membros da Comissão Organizadora a ajuda recebida durante todo o processo de preparação e na realização da conferência, bem como, em especial, aos oradores, moderadores, participantes e entidades envolvidas na organização do evento, reconhecendo o contributo de cada um para o aprofundamento do debate sobre a proteção civil, a defesa nacional e a preparação do País para enfrentar os desafios do futuro.

3 - Conclusões

As XII Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil constituíram um importante espaço de reflexão sobre os desafios que atualmente se colocam à proteção das populações, à segurança nacional e ao reforço da resiliência do sistema de proteção civil perante riscos cada vez mais complexos e interdependentes. As diferentes intervenções permitiram

analisar experiências, partilhar boas práticas e promover o debate em torno das soluções que deverão orientar a evolução da Proteção Civil em Portugal.

Ao longo da conferência ficou demonstrado que a resposta às emergências complexas depende da capacidade de coordenação entre os diferentes atores com responsabilidades na proteção civil, na defesa nacional, na segurança interna, nos serviços de informações, na administração local, na comunidade científica e no setor empresarial. A articulação institucional, a interoperabilidade entre sistemas, a partilha de informação e a realização de exercícios conjuntos foram identificadas como fatores essenciais para assegurar uma resposta rápida, eficaz e devidamente coordenada.

Os diversos painéis evidenciaram igualmente que a evolução dos fenómenos meteorológicos extremos, das ameaças híbridas e das vulnerabilidades das infraestruturas críticas exige um reforço permanente do planeamento civil de emergência e da capacidade de antecipação dos riscos. Neste contexto, foi amplamente reconhecida a importância de investir na prevenção, na monitorização, na preparação operacional e no desenvolvimento de mecanismos que permitam garantir a continuidade dos serviços essenciais e a proteção das populações em cenários de elevada complexidade, com utilização até de tecnologias de duplo-uso.

Foi salientado o papel determinante dos Municípios e dos Serviços Municipais de Proteção Civil na primeira resposta às emergências, em conformidade com o princípio da subsidiariedade inscrito na Lei de Bases da Proteção Civil. A proximidade às populações, o conhecimento do território e a capacidade de mobilização dos recursos locais constituem fatores decisivos para uma intervenção célere e ajustada às necessidades concretas de cada ocorrência.

As intervenções dedicadas à logística humanitária, à evacuação de populações ou à proteção das infraestruturas críticas, bem como à monitorização das ameaças híbridas, demonstraram que a construção de uma sociedade mais resiliente depende não apenas da existência de meios operacionais adequados, mas também da preparação das organizações, da qualificação permanente dos profissionais, da inovação tecnológica e do envolvimento e informação dos cidadãos.

Em síntese, as XII Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil confirmaram a necessidade de continuar a reforçar a cooperação entre todas as entidades que integram o Sistema de Proteção Civil Português, promovendo uma cultura de prevenção, preparação e aprendizagem contínua. Os conhecimentos e experiências partilhados ao longo da conferência constituem um contributo relevante para o aperfeiçoamento das políticas públicas nesta área, reforçando a capacidade nacional para prevenir, preparar e responder aos desafios colocados no atual contexto.